



ARTIGOS
TÉCNICOS

MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA PAULISTA, 1985

Maria Carlota Meloni Vicente
Celma da Silva Lago Baptistella

1 – INTRODUÇÃO

Os dados sobre demografia e mão-de-obra na agricultura paulista, obtidos pelo sistema de amostragem do Instituto de Economia Agrícola (IEA), têm sido utilizados na maioria das pesquisas feitas sobre população e emprego rural.

De acordo com os resultados elaborados em 1955, pelo Sistema de Amostragem, da então Divisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, o total de trabalhadores adultos engajados na agricultura paulista era de 1.392,0 mil. Em 1962, o levantamento informou 1.253,5 mil trabalhadores rurais residentes.

Já as estimativas efetuadas em junho de 1970 revelaram ser de 1.583 mil o número de trabalhadores. Deste total, 1.316 mil eram residentes no imóvel, 195 mil volantes e 72 mil outros não residentes. Dentre os trabalhadores residentes, as categorias mais representativas eram os proprietários, parceiros e diaristas, com 40,0%, 19,6% e 13,4%, respectivamente.

Ao longo do tempo, vários acontecimentos contribuíram para que se efetuassem alterações na composição da população trabalhadora.

No período anterior a 1970, o Estatuto do Trabalhador Rural (em 1963) e a implantação da indústria nacional de máquinas no início da década de sessenta foram fatores marcantes no processo de mudança nas relações de trabalho.

“Antes da institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural prevaleciam, no campo, as contratações informais entre empregado e empregador. As especificações contratuais, bem como as obrigações e direitos das partes contratantes, normalmente não eram firmadas por escrito. Após o ETR, os contratos passaram a ser formalizados, estabelecendo as obrigações e direitos entre proprietários e empregados. O sistema paternalístico anterior, de certa forma, cai por terra, pois caberá ao empresário conceder ao trabalhador e a sua família o que lhe for devido, de acordo com as normas contratuais. O empregador teria que arcar com: carteira de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário e questões jurídicas junto aos seus empregados” (1).

(1) Piteri, Antonio D. O estatuto do trabalhador rural: problemas de aplicação e prováveis conseqüências sócio-econômicas. *Agricultura em São Paulo*, v.11, nº1/2, 1964, p.1-16.

Diante desta nova situação, justifica-se a crescente preferência manifestada pelos empresários agrícolas por trabalhadores que não tivessem vínculo empregatício, ou seja, trabalhadores volantes. Estes seriam contratados por um empreiteiro, facultando ao empresário as obrigações exigidas por lei.

A composição da produção agrícola, outra variável influente no emprego de trabalhadores na agricultura, passa por importantes mudanças. "Ao final dos anos sessenta e início dos setenta, algumas políticas governamentais sofrem alterações, passando a apoiar a agricultura, especialmente os produtos chamados de exportáveis e agroindustriais. À medida que esses produtos tiveram sua produção incentivada, seja diretamente por meio de mecanismos de preços, seja pelo crédito facilitado e subsidiado, experimentaram grande expansão de área, em parte às custas da retração de áreas anteriormente ocupadas com produtos menos rentáveis (basicamente os de mercado interno). Entre 1969 e 1980, de 2,5 milhões de hectares cedidos pelas diversas atividades agrícolas, verificou-se que 44,3% provieram de pastagens, 15,3% do arroz, 13,0% do milho e 27,4% de outros produtos. Esta área foi absorvida principalmente pelo plantio das culturas de cana-de-açúcar (27,7%), soja (23,6%), laranja (15,1%), café (14,7%), trigo (8,6%) e demais culturas (10,3%)" (2). Soja e trigo são culturas pouco exigentes em mão-de-obra, enquanto que café, laranja e cana-de-açúcar utilizam quantidade significativa de trabalhadores não residentes, principalmente na colheita.

A produtividade do trabalho aumenta através do uso de máquinas no preparo do solo, plantio e colheita de várias culturas. Índices de produtividade na agropecuária, elaborados por Silva (3), mostram o crescimento da produtividade do trabalho na agricultura paulista. O autor realizou comparação dos resultados obtidos com aqueles efetuados por Hayami & Ruttan (1971) para grupos de países desenvolvidos, intermediários e menos desenvolvidos. O confronto dos números mostrou, para o período 1956-68, que a produtividade do trabalho em São Paulo acompanhou de perto a tendência observada nos países desenvolvidos e intermediários.

A intensificação do uso da tração motomecânica nas diversas operações agrícolas, nos anos setenta, foi notável nas principais culturas da agricultura paulista. "Soja, cana-de-açúcar e milho são culturas que possuem, desde o início da década de setenta, alto percentual de área com tração motomecânica, principalmente na aração. Na operação de colheita, soja é a mais motomecanizada, sendo que a cultura do milho foi aquela que apresentou o maior acréscimo de área com colheita motomecanizada durante a década. O uso de colheitadeiras na cana-de-açúcar é ainda limitado ao elevado preço das mesmas, ao relevo acidentado e à uniformidade na altura das plantas. Notou-se também, no período 1970-80, considerável evolução da capina motomecanizada para algodão, café, soja e cana-de-açúcar. A comparação dos anos de 1975/76 e 1979/80 mostrou que

(2) Camargo, Ana M.M.P. de. *Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1983. 236p. (Tese - Mestrado)

(3) Silva, Gabriel L.S.P. da. *Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural: evolução e determinantes da produtividade agrícola - o caso da pesquisa e da extensão rural em São Paulo*. São Paulo, FEA/USP, 1984. 143p. (Tese - Doutorado)

o feijão foi uma cultura que aumentou consideravelmente o uso de tração motomecânica em quase todas as operações de cultivo. Para arroz, os dados indicam que, no início da década, mais de 70,0% da área total utilizou tração motomecânica na aração, e 18,0% foi colhida com máquinas. Em 1979/80 estes percentuais passam a 90,0% e 43,0%, respectivamente (4).

Altera-se, então a composição da população trabalhadora no campo. As estimativas elaboradas em abril de 1979 revelam 1.469 mil trabalhadores, sendo 870 mil residentes, 408 mil volantes e 191 mil outros não residentes. Observa-se decréscimo de 7,2% no total de trabalhadores empregados na agricultura, em relação a 1970, sendo que os volantes e outros não residentes passam a constituir 40,8% da força total de trabalho. Em 1970 eles representavam apenas 16,9%.

Apesar do rápido processo de transformação da agricultura paulista, alguns setores importantes para a população trabalhadora não receberam a devida atenção. Ainda são insuficientes as condições de infra-estrutura nas áreas de saúde, ensino, habitação e transporte. "O desenvolvimento da agroindústria, em conjunto com a política agrícola, levou regiões inteiras a produzir um único produto, ocasionando sérios problemas nas áreas: social (sazonalidade do emprego e desigualdade entre os produtores), econômica (escassez de alimentos) e ecológica (deterioração do solo e poluição dos biocidas)" (5).

O objetivo deste artigo é analisar as estimativas sobre mão-de-obra na agricultura paulista, em 1985. Estes dados são importantes para o desenvolvimento de novas pesquisas, pois as informações sobre mão-de-obra, obtidas pelo Instituto de Economia Agrícola, estavam disponíveis até 1981.

2 – METODOLOGIA

As estimativas sobre demografia e mão-de-obra, no ano de 1985, foram obtidas através da amostra utilizada para previsão e estimativas de safras agrícolas do Estado de São Paulo, que inclui os seguintes produtos: café, arroz, algodão, milho, cana-de-açúcar, amendoim, feijão, soja, laranja e pecuária (6).

Atualmente, são efetuados cinco levantamentos anuais: em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro. As informações sobre emprego de trabalhadores não residentes são obtidas nos cinco levantamentos, enquanto que o questionário mais completo, com perguntas sobre demografia e mão-de-obra residente tem sido realizado em abril.

(4) Vicente, Maria C.M. *A evolução do uso da mão-de-obra e da mecanização em culturas do Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1985. 22p. (Relatório de Pesquisa, 08/85)

(5) Martins, Sonia S. *Agricultura paulista: da modernização à crise*. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1986. 21p. (Relatório de Pesquisa, 06/86)

(6) Camargo, Milton N. *Amostra para previsão e estimativas de safras agrícolas no Estado de São Paulo, em vigor em junho de 1981*. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1986. (não publicado)

Todavia, em 1985, o levantamento de abril não foi efetuado, transferindo-se o questionário sobre demografia e mão-de-obra para o mês de junho.

A obtenção dos dados no campo fica a cargo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). O processamento das informações é feito pelo Centro de Processamento de Dados do Instituto de Economia Agrícola.

Nos questionários enviados a campo, é perguntado o número médio diário de trabalhadores não residentes na última semana. Os trabalhadores não residentes constituem-se dos volantes e outros não residentes. Os volantes, também chamados de bóias-frias ou safristas, são os trabalhadores contratados nas cidades vizinhas à propriedade e transportados em grupo para o local de trabalho. Os outros trabalhadores não residentes seriam aqueles contratados individualmente para trabalhos específicos, os trabalhadores permanentes que não residem na propriedade, o proprietário e seus familiares que trabalham na propriedade mas não residem na mesma. São coletadas também informações sobre o número de dias-homens utilizados no mês em que está sendo efetuado o levantamento e nos dois meses anteriores.

O item demografia e mão-de-obra residente no imóvel inclui perguntas sobre: composição das famílias, população trabalhadora, escolaridade, número de eleitores, natalidade, salários rurais, registro em carteira e arrendamento.

Em 1985 foram levantadas apenas as informações sobre composição das famílias e população trabalhadora, por categoria.

As informações sobre trabalhadores residentes são coletadas segundo sexo e idade, para as categorias: proprietário, administrador, arrendatário, parceiro, colono, mensalista, diarista, empreiteiros e outros.

O proprietário da terra possui os meios de produção e contrata indivíduos para auxiliá-lo nas diversas operações agrícolas, sempre que necessário. "Mensalistas, diaristas e administradores compreendem aqueles que prestam serviços na base de remuneração diária ou mensal. Empreiteiros são aqueles que contratam a execução de um serviço por empreitada, isto é, executam uma tarefa mediante o recebimento de uma quantia previamente estabelecida. A expressão "colono" se refere aos camaradas engajados nos tratos culturais e colheita do café, ou de cana-de-açúcar, mediante uma remuneração fixa em dinheiro e espécie, estipulada por 1.000 pés tratados e por saca de café em côco colhida, no caso dos cafeeiros, e por quartel ou hectare de cultura, e tonelada de cana na exploração canavieira. Parceiros e arrendatários são os agricultores que pagam aluguel pelo uso da terra, onde fazem suas explorações agrícolas ou animais. Os arrendatários retribuem o uso da terra por uma quantia fixa de dinheiro ou de produtos. Os parceiros pagam uma porcentagem do produto colhido, em troca do uso da terra" (7).

(7) Etti, Oscar J.T. Mão-de-obra na agricultura de São Paulo: categorias, remuneração, legislação. *Agricultura em São Paulo*, v.8, nº12, 1961, p.13-39.

3 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS NA AGRICULTURA PAULISTA, 1985

De acordo com o levantamento realizado em junho de 1985, estavam empregados na agricultura 848 mil trabalhadores residentes e 563 mil não residentes. Do total de trabalhadores não residentes, 63,6% são volantes e o restante enquadra-se na categoria outros trabalhadores não residentes.

O número de trabalhadores residentes, em 1985, não difere, significativamente, dos totais observados nos anos finais da década de setenta, quando se tinha 844 mil trabalhadores em 1977, 825 mil, em 1978, e 870 mil, em 1979 (quadro 1).

Os proprietários e seus familiares constituem cerca de 40% da força de trabalho, contando atualmente com 354 mil pessoas. Em relação a 1977 e 1978, este número é superior, sendo porém inferior ao de 1979, que foi de 365 mil. Estas variações podem estar associadas à falta de oportunidade de emprego em atividades fora do setor agrícola e mesmo à necessidade de mais trabalho por parte do proprietário e seus familiares em certas épocas. Nota-se, também, maior número de trabalhadores na categoria administrador e seus familiares.

Os mensalistas, que englobam retireiro, tratorista e outros que recebam remuneração mensal, representam atualmente 24,5% do total de trabalhadores residentes. Enquanto a categoria de diaristas residentes apresentou tendência de queda, passando de 81 mil trabalhadores em 1977 a 52 mil em 1985, o emprego de mensalistas cresceu, atingindo um total de aproximadamente 208 mil trabalhadores, em 1985. Em 1977, esse número era de 139 mil pessoas.

As categorias arrendatário, parceiro, empreiteiro e outros residentes (são aqueles trabalhadores que não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores) também apresentaram decréscimo no número de pessoas. É provável que parte destes trabalhadores tenha se empregado de maneira diferente, tornando-se por exemplo mensalista.

A distribuição dos trabalhadores residentes nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) mostra que Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São Paulo possuem 67,8% do total destes trabalhadores (quadro 2). Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto são DIRAs representativas na produção de algodão, amendoim, arroz, feijão, cana, café, laranja, milho e outras, e portanto com maior emprego tanto de residentes quanto não residentes. Já a DIRA de São Paulo pouco emprega trabalhadores não residentes, sendo que as atividades agrícolas são efetuadas principalmente pelos proprietários e seus familiares.

Quanto ao emprego de trabalhadores residentes com menos de 15 anos, a estimativa para 1985 é de 127,8 mil pessoas, das quais 33 mil em Sorocaba.

As estimativas sobre emprego de trabalhadores não residentes em fevereiro de 1985 indicam 480 mil pessoas ocupadas, sendo 64,4% volantes (quadro 3). Neste mês, as principais atividades agrícolas seriam colheita de amendoim da seca e arroz, início da colheita do algodão e plantio de cana-de-açúcar e feijão da seca. "A distribuição dos trabalhadores volantes nas Divisões Regionais Agrícolas sofre alterações em relação ao inf-

QUADRO 1. - Estimativa do Número de Trabalhadores Residentes, por Categoria ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1977-79 e 1985

Categoria	1977		1978		1979		1985	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário	340.478	40,3	346.951	42,2	365.899	42,3	354.295	41,8
Administrador	28.300	3,3	19.070	2,3	23.681	2,7	32.072	3,8
Arrendatário	40.532	4,8	19.932	2,4	22.057	2,6	15.092	1,8
Parceiro	144.985	17,2	116.111	14,0	127.880	14,8	124.336	14,6
Colono	27.170	3,2	33.071	4,0	36.360	4,1	33.230	3,9
Mensalista	139.181	16,5	173.250	21,0	175.469	19,6	207.835	24,5
Diarista	81.805	9,7	68.911	8,3	68.293	7,9	52.782	6,2
Empreiteiro	15.598	1,8	20.969	2,5	15.758	1,9	13.061	1,5
Outros	26.926	3,2	27.240	3,3	34.784	4,1	15.894	1,9
Total	844.975	100,0	825.505	100,0	870.181	100,0	848.597	100,0

-34-

(¹) Engloba: proprietário, assalariados, parceiros e arrendatários, bem como os familiares que auxiliam no trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2. - Distribuição dos Trabalhadores Residentes por Idade, Segundo a Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Junho de 1985

DIRA	Nº de trabalhadores com menos de 15 anos	Nº de trabalhadores com mais de 15 anos	Total	Distribuição percentual
São Paulo	14.501	80.057	94.558	11,1
Vale do Paraíba	6.568	23.489	30.057	3,5
Sorocaba	33.560	104.323	137.883	16,2
Campinas	11.066	101.212	112.278	13,2
Ribeirão Preto	10.764	99.836	110.600	13,1
Bauru	5.043	46.726	51.769	6,1
São José do Rio Preto	18.381	101.950	120.331	14,2
Araçatuba	7.887	42.621	50.508	6,0
Presidente Prudente	11.989	63.489	75.478	8,9
Marília	8.065	57.070	65.135	7,7
Estado	127.824	720.773	848.597	100,0

QUADRO 3. - Estimativa do Número de Trabalhadores Não Residentes, Estado de São Paulo, 1985

Mês	Volantes		Outros não residentes		Total
	Nº	%	Nº	%	
Fevereiro	309.297	64,4	171.056	35,6	480.353
Junho	358.865	63,7	204.520	36,3	563.385
Setembro	261.562	61,3	164.822	38,7	426.384
Novembro	214.201	55,2	173.585	44,8	387.786

cio da década de oitenta. A DIRA de Presidente Prudente, que em fevereiro de 1980 empregava 5,8% do total de volantes, passou a empregar 18,0% em 1985. Este acréscimo da demanda seria decorrente do plantio de cana-de-açúcar, uma vez que a área com cana plantada em 1985 foi superior em 129,2% a de 1980. Nas DIRAs de Bauru e Marília, o percentual de volantes empregados em relação ao total do Estado foi superior em 1985. Intensificou-se também o plantio de cana-de-açúcar nestas DIRAs. A comparação dos levantamentos de fevereiro de 1980 e de 1985 mostra ainda que a DIRA de Ribeirão Preto ainda emprega o maior número de volantes, mas decresce sua participação percentual no total demandado" (8).

No mês de junho, quando se tem a colheita de cana-de-açúcar, café e laranja, o emprego de trabalhadores não residentes sofre um acréscimo de 17,2% em relação a fevereiro. A demanda por mão-de-obra não residente concentra-se nas DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Marília e Sorocaba, responsáveis por quase 80,0% do total de volantes ocupados (quadro 4). A maior parte da produção das culturas acima citadas ocorre nestas DIRAs.

As estimativas obtidas para os meses de setembro e novembro de 1985 revelam o significativo decréscimo no emprego, principalmente na mão-de-obra volante, em consequência da prolongada estiagem ocorrida no início da safra 1985/86, e que provocou atraso generalizado no plantio das diversas culturas anuais. Em setembro, foi de 261 mil o total de volantes empregados, número este 27,1% inferior ao de junho. No mês de novembro, o número de volantes passa a 214 mil, quase 150 mil trabalhadores a menos do que no mês de junho.

A participação do trabalho infantil foi maior em junho, quando 15 mil trabalhadores volantes com menos de 15 anos foram empregados. Quanto ao trabalho feminino, também junho foi o mês de maior emprego, com 82 mil mulheres volantes.

As estimativas apresentadas mostraram o efeito da seca na queda do emprego, principalmente do trabalho volante. Em decorrência deste fato, presume-se que a renda anual desses trabalhadores tenha atingido níveis insuficientes para sua manutenção.

O acompanhamento dos dados sobre mão-de-obra fornece subsídios para a elaboração de programas governamentais que possam ser colocados em prática rapidamente quando fatores adversos afetarem o emprego rural. Contribui, também, para a realização de estudos mais detalhados sobre as condições de trabalho, saúde, habitação, escolaridade e renda da população trabalhadora no campo.

(8) Vicente, Maria C.M. & Lago, Celma S. Estimativa do número de trabalhadores não residentes empregados na agricultura paulista, fevereiro de 1985. *Informações Econômicas*, v.16, nº2, 1986, p.23-29.

QUADRO 4: - Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes por Divisão Regional Agrícola, 1985

DIRA	Fevereiro		Junho		Setembro		Novembro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Paulo	2.392	0,8	2.993	0,8	2.735	1,0	3.823	1,8
Vale do Paraíba	2.761	0,9	544	0,2	612	0,2	2.325	1,1
Sorocaba	26.829	8,7	34.653	9,7	32.917	12,6	31.002	14,5
Campinas	19.661	6,4	45.629	12,7	30.092	11,5	37.545	17,5
Ribeirão Preto	73.502	23,7	95.422	26,5	80.558	30,8	64.232	30,0
Bauru	34.895	11,3	18.473	5,1	18.555	7,1	10.220	4,8
São José do Rio Preto	35.217	11,4	61.200	17,1	41.200	15,8	20.002	9,3
Araçatuba	19.076	6,1	25.454	7,1	11.348	4,4	9.573	4,5
Presidente Prudente	55.653	18,0	27.814	7,8	23.375	8,9	23.123	10,7
Marília	39.311	12,7	46.683	13,0	20.170	7,7	12.356	5,8
Total	309.297	100,0	358.865	100,0	261.562	100,0	214.201	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).